

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	6
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas	9
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	17

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	274.490	288.299
1.01	Ativo Circulante	16.802	29.312
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.914	10.215
1.01.02	Aplicações Financeiras	604	597
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	604	597
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	604	597
1.01.03	Contas a Receber	6.035	13.738
1.01.03.01	Clientes	6.035	13.738
1.01.04	Estoques	631	567
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.946	3.719
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.946	3.719
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.343	87
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	329	389
1.01.08.03	Outros	329	389
1.02	Ativo Não Circulante	257.688	258.987
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.260	7.268
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.260	7.268
1.02.03	Imobilizado	250.256	251.523
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	229.944	232.350
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.312	19.173
1.02.04	Intangível	172	196
1.02.04.01	Intangíveis	172	196

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	274.490	288.299
2.01	Passivo Circulante	76.514	79.543
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.836	10.352
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.698	6.554
2.01.01.01.01	Salários e Ordenados	189	359
2.01.01.01.02	Provisão de Férias e Décimo Terceiro	6.509	6.195
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.138	3.798
2.01.02	Fornecedores	17.698	19.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.698	19.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.179	7.474
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.757	4.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.355	1.586
2.01.03.01.02	Encargos Próprios	709	1.576
2.01.03.01.03	Retenção de Encargos de Terceiros	693	1.293
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.422	3.019
2.01.05	Outras Obrigações	40.382	41.922
2.01.05.02	Outros	40.382	41.922
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	37.441	29.511
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	2.210	3.335
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	731	9.076
2.01.06	Provisões	419	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	419	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	419	0
2.02	Passivo Não Circulante	132.290	132.859
2.02.02	Outras Obrigações	94.065	93.827
2.02.02.02	Outros	94.065	93.827
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas	41.993	41.945
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Federais	0	3
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais Municipais	52.072	51.879
2.02.03	Tributos Diferidos	7.916	7.994
2.02.04	Provisões	1.704	2.069
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.704	2.069
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.299	1.664
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	405	405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	28.605	28.969
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	28.605	28.969
2.03	Patrimônio Líquido	65.686	75.897
2.03.01	Capital Social Realizado	131.790	131.790
2.03.02	Reservas de Capital	10.404	10.404
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.404	10.404
2.03.03	Reservas de Reavaliação	123.954	124.199
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-200.462	-190.496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	34.926	39.742
3.03	Resultado Bruto	34.926	39.742
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.502	-50.295
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.502	-50.295
3.04.02.01	Despesas Administrativas e Eventos	-42.259	-48.925
3.04.02.02	Despesas de Depreciação	-2.243	-1.370
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.576	-10.553
3.06	Resultado Financeiro	-944	-2.181
3.06.01	Receitas Financeiras	521	382
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.465	-2.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.520	-12.734
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.520	-12.734
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.520	-12.734
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.520	-11.579
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-245	-245
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.765	-11.824

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.342	-5.860
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.813	-10.197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	471	4.337
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-952	-5.955
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	5.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.294	-6.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.812	15.968
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.518	9.153

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	131.790	10.404	0	-190.496	124.199	75.897
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	131.790	10.404	0	-190.496	124.199	75.897
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.520	0	-10.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.520	0	-10.520
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	554	-245	309
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	631	-631	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-77	386	309
5.07	Saldos Finais	131.790	10.404	0	-200.462	123.954	65.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.857	10.937	0	-178.373	125.178	78.599
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.857	10.937	0	-178.373	125.178	78.599
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.933	-5.933	0	0	0	5.000
5.04.01	Aumentos de Capital	10.933	-5.933	0	0	0	5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.734	0	-12.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.734	0	-12.734
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	245	-245	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	322	-322	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-77	77	0
5.07	Saldos Finais	131.790	5.004	0	-190.862	124.933	70.865

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	36.912	42.387
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.842	44.019
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-930	-1.632
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.296	-28.935
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.616	13.452
7.04	Retenções	-2.243	-1.370
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.243	-1.370
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.373	12.082
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	520	383
7.06.02	Receitas Financeiras	520	383
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.893	12.465
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.893	12.465
7.08.01	Pessoal	16.033	14.733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.240	9.918
7.08.02.01	Federais	6.214	7.666
7.08.02.03	Municipais	2.026	2.252
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140	548
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.520	-12.734
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.520	-12.734

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações financeiras: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 – Intangível; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 16 – Estoques; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros; CPC 24 – Evento Subseqüente; CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03, aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03).

Notas Explicativas

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

3. Principais práticas contábeis

- a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o primeiro trimestre de 2013 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Cia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;
- c) Almojarifado - Os itens mantidos no almojarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 4, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).
- e) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04);
- f) Redução ao valor recuperável – A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o ano de 2012 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).
- g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

Notas Explicativas

- i) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- j) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- k) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Imobilizado

	Taxas anuais			Líquido	
	de depreciação	Custo Atualizado	Depreciação acumulada	31/03/2013	31/12/2012
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	104.136	(18.230)	85.906	86.756
Túnel de serviços	4,14%	4.287	(1.112)	3.175	3.220
Estacionamento	3,45%	5.895	(1.518)	4.377	4.463
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.010	(777)	2.233	2.264
Instalações	10%	18.403	(10.069)	8.334	8.578
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.663	(2.665)	2.998	3.807
Veículos	20%	768	(623)	145	170
Móveis e utensílios	10%	6.863	(5.250)	1.613	1.705
Outros ativos fixos	20% e 10%	1.678	(1.638)	40	44
Construções em andamento	-	20.312	-	20.312	19.393
		292.138	(41.882)	250.256	251.523

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	<u>251.523</u>
Adições	
Instalações	5
Móveis e utensílios	25
Máquinas e equipamentos	2
Outros ativos	1
Construções em andamento	<u>991</u>
Total das adições	1.024
Baixas	
Construções em andamento	(72)
Depreciações	<u>(2.219)</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>250.256</u></u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado parecer jurídico para o primeiro trimestre de 2013, tendo em vista que a periodicidade de disponibilização deste relatório pela Companhia é anual.

5. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, na qual está incluída a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A, onde o total

Notas Explicativas

da dívida da PMSP e suas empresas, incluindo a São Paulo Turismo S/A, estão sendo pagas através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação foi ajustado o parcelamento em 240 meses, onde a São Paulo Turismo S/A participa com um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos no primeiro trimestre de 2013 e no primeiro trimestre de 2012 foram respectivamente R\$ 483 e R\$ 484. Desde a consolidação, foram pagas 122 parcelas. O saldo devedor, de R\$ 43.493 incorpora juros baseados na TJLP, calculados até 31/03/2013.

6. Obrigações tributárias

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Nos primeiros trimestres dos anos de 2013 e 2012 foram pagos R\$ 644 e R\$ 597 respectivamente.

As obrigações para com a Receita Federal relativas à COFINS em atraso foram incluídas no Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei Federal 10.684/03, em 30/07/2003, com pagamento em 180 parcelas. Em 19/11/2009 o saldo remanescente deste parcelamento foi objeto de adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. Como consequência, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios da redução de multas, juros e honorários. Os montantes pagos nos primeiros trimestres de 2013 e 2012 foram respectivamente R\$ 419 e R\$ 488. O saldo devedor incorpora juros baseados na SELIC, calculados até 31/03/2013.

7. Provisões para contingências

7.1. Em 2012, a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas, em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

Esclarecemos que não foi elaborado parecer jurídico para o primeiro trimestre de 2013, tendo em vista que a periodicidade de disponibilização deste relatório pela Companhia é anual.

7.2. Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do

Notas Explicativas

balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo em 31/12/2012:

Tipo de Ação	2012
Ações Trabalhistas	2.822
Ações Cíveis (*)	51.178
Totais	54.000

(*) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 39.295 em 31/12/2012, foi avaliado como de possível perda.

Esclarecemos que não foi elaborado parecer jurídico para o primeiro trimestre de 2013, tendo em vista que a periodicidade de disponibilização deste relatório pela Companhia é anual.

8. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

9. Capital social

Quantidades em 31/03/2013			Valores	
Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	31/03/2013	2012

Notas Explicativas

Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.971	199.971
A subscrever (*)	<u>(1.690.889)</u>	<u>(666.714)</u>	<u>(2.357.603)</u>	<u>(67.923)</u>	<u>(67.923)</u>
	4.463.716	119.704	4.583.420	132.048	132.048
A integralizar	<u>(3.368)</u>	<u>(5.609)</u>	<u>(8.977)</u>	<u>(258)</u>	<u>(258)</u>
Integralizado	<u>4.460.348</u>	<u>114.095</u>	<u>4.574.443</u>	<u>131.790</u>	<u>131.790</u>

10. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30, aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/03/2013	31/03/2012
Receita Operacional Bruta	37.848	44.035
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	<u>(2.916)</u>	<u>(4.277)</u>
	34.932	39.758
Deduções da receita bruta	<u>(6)</u>	<u>(16)</u>
Receita Operacional Líquida	34.926	39.742

11. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2012
Imobilizado: Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	101.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Acionistas e Administradores da

SÃO PAULO TURISMO S/A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da São Paulo S/A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Opinião sobre as informações intermediárias

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SÃO PAULO TURISMO S/A, em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nesta data, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Revisamos, também, as informações intermediárias individuais do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo, em 31 de março de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pela IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2013.

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8